

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1763/87 - Ap. PROC. DRECAP/2 N° 10.242/86

INTERESSADAS: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Mantenedora do Educandário Espírita "Anália Franco"/Capital

ASSUNTO : Convênio objetivando o desenvolvimento e melhoria do ensino gratuito de 1° grau especial

RELATOR : Conselheira Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná

PARECER CEE N° 1696/87 - APROVADO EM 18/11/1987

CONSELHO PLENO

### **1. HISTÓRICO**

O Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Educação encaminha à apreciação deste Colegiado proposta de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira a ser celebrado entre a Secretaria da Educação e a Federação Espírita do Estado de São Paulo, mantenedora do Educandário Espírita "Anália Franco"/Capital, objetivando o desenvolvimento e melhoria do ensino gratuito de 1° grau especial.

A proposta, após ter sido examinada pelos vários órgãos da Secretaria da Educação, foi encaminhada para apreciação deste Conselho, em 03/11/87.

### **2. APRECIÇÃO**

Tratam os autos de solicitação de celebração de Convênio entre a Federação Espírita do Estado de São Paulo, mantenedora do Educandário Espírita "Anália Franco" em São Paulo/Capital, e a Secretaria de Estado da Educação, objetivando, como responsabilidade desta Pasta, conceder à Entidade recursos financeiros para a contratação de pessoal para prestação de serviços docentes (04-quatro).

Fundamenta-se o pedido no Decreto n° 18.397/82 e Resolução SE n° 236/86 e encontra-se devidamente instruído com manifestação favorável das autoridades escolares preopinantes.

Suas Cláusulas são as seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Objetiva o presente Convênio a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o ensino gratuito 1° grau especial, mantido pela Entidade.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Compete a Secretaria conceder à Entidade recursos financeiros para a contratação do pessoal docente.

Os recursos financeiros para o exercício de 1987 será no montante de Cz\$ 56.392,24 (cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e dois cruzados e vinte e quatro centavos), referente ao salário de 04 (quatro) docente, correndo a despesa à conta do Sub-elemento Econômico 31.32 - Outros Serviços e Encargos custeados com recursos do Salário-Educação - Categoria Funcional Programática - 08.42.188.2.057 - Atividades para a Melhoria do Processo Ensino - vinculadas a Unidade de Despesas 08.01.01 - Gabinete do Secretário.

§ 1° - No caso de aplicação indevida dos recursos concedidos pela Secretaria, será exigida a sua devolução parcial ou total, nos termos da legislação em vigor.

§ 2° - Para os exercícios subsequentes o valor dos re-

cursos financeiros será fixado através de termos aditivos, de acordo com a disponibilidade financeira da Pasta.

§ 3º- O(s) professor(es) abrangido(s) pelos termos desta Cláusula prestará(ão), exclusivamente, serviços docentes junto a Entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA  
DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Compete à Entidade:

a) manter e fazer funcionar o ensino previsto neste acordo, obedecidas as normas emanadas dos órgãos da Secretaria;

b) observar os dispositivos estabelecidos na legislação pertinente à celebração deste Convênio;

c) responsabilizar-se pelas obrigações com os encargos sociais decorrentes da contratação do pessoal docente, admitido sob a legislação trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA  
DO CRÉDITO

Os recursos liberados serão depositados em conta vinculada a este Convênio, aberta em agência do Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA -, escolhida pela Entidade.

CLÁUSULA QUINTA  
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos provenientes deste acordo será entregue na Divisão Regional de Ensino a que a Entidade estiver circunscrita, obedecidas as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA SEXTA  
DA EXECUÇÃO

Cabe à Delegacia de Ensino de Racharia da Divisão Regional de Pres. Prudente, em cuja área de atuação se encontra a Entidade, a administração técnico-pedagógica do Convênio, acompanhando a sua execução e zelando pelo fiel cumprimento das obrigações nele assumidas pelos convenientes, sendo da competência da Assessoria Técnica do Planejamento e Controle Educacional, através da Equipe Técnica de Acompanhamento e Controle de Convênios e Projetos a sua administração técnico-financeira, formalização, acompanhamento e controle.

CLÁUSULA SÉTIMA  
DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser reformulado e/ou aditado, tendo em vista a conveniência e o interesse dos partícipes, desde que devidamente autorizado pelo Senhor Governador.

CLÁUSULA OITAVA  
DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU RESOLUÇÃO

O Convênio poderá ser desfeito, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes ou denúncia de qualquer deles, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

O Convênio poderá ser rescindido, por infração legal ou convencional, respondendo, pelas perdas e danos, o Partícipe que lhes der causa.

O Secretário da Educação e o Responsável pela Entidade, são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio.

CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até 31/12/1991, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA  
DO FORO

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste Convênio serão resolvidos pelos convenientes, de comum acordo, ficando eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir questões na esfera judiciária.

A respeito da proposta, esclarecemos que existe Convênio PROFIC assinado entre a SE e a mesma Entidade para o atendimento de 417 crianças, aprovado pelo Parecer CEE nº 0465/87. Isto, entretanto, não invalida a proposta, visto o PROFIC apresentar atividades que complementam o ensino regular de 1º grau (alimentação, reforço escolar, iniciação profissional, lazer, etc).

O ensino de 1º grau mantido pela Entidade é reconhecido por Portaria COGSP, de 15/09/86, D.O.E. de 17/09/86.

Considerando-se o tempo de tramitação do processo até a fase final, julgamos oportuna a revisão dos recursos a serem repassados pela SE à Entidade, uma vez que foram calculados para 02 (dois) meses, mais 2/12 do 13º salário, em 1987, e que o Convênio só terá vigência a partir da assinatura.

Analisando a presente proposta, entendemos que a mesma deva ser aprovada, a exemplo do que ocorre com os demais Convênios da mesma natureza, com entidades assistenciais apreciados por este Conselho.

**3. CONCLUSÃO**

Aprova-se, nos termos deste Parecer, o Convênio a ser celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Educação e a Federação Espírita do Estado de São Paulo, mantenedora do Educandário Espírita "Anália Franco"/São Paulo-Capital, objetivando o desenvolvimento e a melhoria do ensino gratuito de 1º grau comum.

São Paulo, 11 de novembro de 1.987.

a) Cons<sup>a</sup> Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná  
Relator

**DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO**

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova por unanimidade a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 18 de novembro de 1987.

a) Cons<sup>o</sup> Jorge Nagle  
Presidente